

MAIA, Carlos Alvarez
*História das Ciências, uma história de
historiadores ausentes: condições
para o aparecimento dos sciences studies*
Rio de Janeiro: Eduerj, 2013

AUGUSTO DE CARVALHO MENDES

Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG

362

Afirmar que os historiadores não estiveram presentes no processo de escrita da história pode parecer contraditório e mesmo absurdo. Essa assertiva não deixa de causar estranhamento mesmo quando o campo é delimitado à história da ciência. Contudo, é o que Carlos Alvarez Maia procurar demonstrar neste livro.

Para tanto, o autor, professor de Teoria da História e História da Ciência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, faz uma ampla análise da história da teoria e da história da ciência, abordando de forma crítica diversos fatores presentes na reflexão sobre esses temas.

Ressaltando o conhecido fato de que grande parte dos historiadores da ciência até a primeira metade do século XX foram cientistas naturais que procuravam descobrir o passado de suas ciências, o autor aponta para um verdadeiro descompasso entre a história escrita por esses cientistas e aquela escrita por historiadores de formação. De modo geral, os primeiros carecem dos aparatos conceituais e metodológicos próprios dos historiadores, ignoram inúmeros problemas de grande importância e escrevem as histórias de suas ciências de forma pouco crítica e fortemente desvinculada das sociedades nas quais elas se desenvolveram. Por outro lado, o autor afirma que os historiadores sociais costumadamente ignoram os desenvolvimentos científicos das sociedades que estudam. Tal afastamento seria prejudicial para esses dois campos da História, contudo, o autor trata especialmente dos problemas para a história da ciência e nossa resenha o acompanhará.

Esse distanciamento tem uma longa história e um complexo de fatores sociais, políticos e filosóficos implicados. O grande mérito do livro é recontar parte significativa dessa história e, especialmente, os diversos embates teóricos ocorridos no século XX em torno do *status* das ciências naturais e, conseqüentemente, dos modos de se aproximar do passado desses campos do conhecimento.

Segundo Maia, as primeiras obras de história da ciência surgiram no século XVII como atas de academias de ciência. Os meios científicos da época eram permeados pela ideia do progresso constante e necessário do espírito humano e a história escrita nesse meio era um reflexo fiel de tal concepção. Essas histórias legavam ao esquecimento os

eventos que não fossem considerados bem sucedidos, aqueles incômodos fatos que testemunhavam que os sucessos são acompanhados de fracassos e que não seguem uma lógica predeterminada. Faziam um verdadeiro filtro ideológico, registrando apenas os sucessos, racionalizando o processo histórico e dando uma coerência ao desenvolvimento das ciências que, na realidade, elas nunca possuíram.

Carlos Alvarez Maia afirma que esse modo de reconstrução histórica da ciência teve um longo percurso. Foi praticado por François Guizot, primeiro catedrático de História da Ciência, se manteve predominante até meados do século XX e, em determinados meios, até mesmo no século XXI, pois é o tipo de história ainda presente nos manuais de ciências naturais e nas obras de divulgação científica. Isso não quer dizer, contudo, que não tenha sido contestada. Pelo contrário, muitas foram as divergências já no século XIX e, especialmente, no século XX, sobre como a ciência natural é feita e como deve ser realizado o estudo sobre seu passado. O estudo da história desses embates constitui a maior parte do livro.

Apesar de ser praticamente impossível abranger todos os debates ocorridos no século XX sobre a natureza da ciência, é possível afirmar que a obra em tela é bastante completa, pois trata não só dos estudiosos mais conhecidos, como Thomas Kuhn, Robert K. Merton e Karl Popper, como também de muitos pensadores que não são ordinariamente estudados como teóricos da ciência e da história da ciência, como é o caso de Antonio Gramsci.

No vasto panorama traçado pelo autor, algumas personagens ganham destaque. Karl Mannheim é lembrado como desenvolvedor de uma sociologia do conhecimento baseada na historicidade das categorias do pensamento e da própria linguagem. Todo desenvolvimento científico estaria ancorado na linguagem; dependendo ela do meio social, dependeria também ele da sociedade.

A resistência cientificista ao pensamento historicista de Mannheim é bem descrita, especialmente as origens da muito influente distinção elaborada por Hans Reichenbach, um neopositivista de Berlim e adversário de Mannheim, entre o “contexto da descoberta” e o “contexto da justificativa” de uma hipótese científica. Essa distinção procurava preservar as ciências naturais de qualquer influência social ou extracientífica. Para Reichenbach, a presença de fatores não científicos nas origens de descobertas ou teorias científicas não interferiria na sua pureza axiológica, pois ela é garantida pela justificativa científica, metodologicamente neutra e imune a valores e outros fatores sociais.

Maia aponta para a grande influência do pensamento de Reichenbach na pesquisa histórica. Foi de sua distinção, originalmente consignada à teoria da ciência, que surgiu a divisão entre histórias externalistas, aquelas que consideram os fatores sociais implicados na produção científica, mas sem apontar as origens sociais dos conteúdos propriamente científicos, e histórias internalistas, aquelas que se ocupam apenas das teorias e descobertas científicas sem buscar nenhuma conexão com as mudanças sociais.

Na avaliação do autor, todas as longas disputas em torno do problema de se ter uma história da ciência dividia entre essas duas correntes foram apenas alienações historiográficas que não confrontaram Reichenbach e preservaram a imagem positivista da ciência. Perseguir os diversos modos pelos quais a visão positivista das ciências manteve sua legitimidade é um dos méritos da obra de Carlos Maia. A transformação da sociologia do conhecimento de Mannheim em uma sociologia das instituições científicas, processo no qual Robert Merton se destaca, seria apenas mais uma forma de deixar os conteúdos cognitivos das ciências isolados de qualquer influxo social. Da mesma forma, a divisão entre ciência pura e ciência aplicada, que surgiu após a 2ª Guerra Mundial, evento no qual a ciência natural teve um papel preponderante e poucas vezes visto tão claramente, seria mais uma forma de impedir que questionamentos atingissem a consagrada imagem da ciência como prática moralmente neutra (ou positiva) e sem vínculos sociais. Se há algo de ruim advindo da ciência, isso só pode ser tributado ao seu uso, uso que depende de instâncias não científicas.

Apesar de também tratar longamente dos pensadores marxistas e suas disputas sobre as ciências naturais, é necessário destacar a avaliação feita por Carlos Maia do papel exercido por Thomas Kuhn. Não obstante ser o autor de uma obra considerada revolucionária por muitos, a posição de Maia sobre Kuhn é bastante diversa. Apoiado em pesquisas recentes que apontam os predecessores e contemporâneos do conhecido historiador da ciência, nosso autor o

recoloca em seu contexto social e intelectual. Como consequência, Kuhn é visto como um pensador eclético que busca justapor as duas correntes historiográficas sem resolver o problema teórico subjacente ao embate, ou seja, como unir a história da ciência e a história social. Indo além de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Carlos Maia mostra que o próprio Kuhn reconhecia a necessidade de superar essa divisão. Nesse sentido, outro importante, mas muito menos conhecido teórico da ciência, ganha relevo.

Ludwik Fleck, médico polonês e teórico da ciência, aparece, de certa forma, como o centro da obra. É ele quem realiza o que Karl Mannheim apenas entrevira e é contra ele, reduzindo e simplificando seus conceitos, que alguns dos principais teóricos da História da Ciência irão trabalhar. A apresentação do pensamento de Fleck é bastante clara, ressalta as ligações que ele estabelece entre os cientistas e outros grupos de intelectuais e mesmo com a sociedade em geral, inscrevendo a prática científica numa rede de influências que a transcendem e a condicionam. Diante de Fleck, Thomas Kuhn é criticado por fazer uma série de simplificações de pontos importantes, criando uma teoria com menor capacidade de explicar as operações dos cientistas dentro do contexto social. O famoso *paradigma* kuhniano, por exemplo, seria uma versão menos elaborada do *Denkenstill* de Ludwik Fleck, marcadamente menos aberto às influências sociais do que o conceito assemelhado do pensador polonês. Esse é apenas um exemplo de que Kuhn, mesmo conhecendo a obra do médico polonês, em alguma medida tenderia à visão positivista de uma ciência descola da sociedade em geral, algo que, na avaliação de Maia, Fleck teria superado.

Nesse sentido, a obra de Maia apresenta um importante contributo à revalorização de Ludwik Fleck que vem ocorrendo nos últimos anos, tanto no Brasil, quanto em outros países (seu livro *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache*, publicado originalmente em 1935, só foi traduzido para o inglês em 1979, para o espanhol em 1986, para o francês em 2005 e para o português em 2010).

O esgotamento da divisão entre história externalista e internalista, precipitado especialmente pelo acúmulo de estudos, é apontado como um fator de grande importância para o surgimento dos chamados *science studies* na década de 1970. Fleck é visto como o precursor valorizado tardiamente. Infelizmente, aqui reside uma das deficiências do livro resenhado.

Apesar de o subtítulo da obra ser “precondições para o aparecimento dos *science studies*” e não “origens dos *science studies*”, a ausência de um capítulo abordando os estudiosos dessa nova vertente de pesquisa deixa o livro de certa forma inconcluso e com diversas afirmativas por serem provadas. A ideia de Ludwik Fleck como um “precursor”, por exemplo, poderia ser confirmada com algumas páginas dedicadas à análise das obras de Bruno Latour ou Steven Shapin e daria uma coerência maior ao livro. A leitura de *História das Ciências, uma história de historiadores ausentes* ganharia muita fluidez e agilidade se seu autor diminuísse o uso do jargão acadêmico e evitasse as muitas repetições desnecessárias presentes ao longo do livro. Um ponto discutível, mas que não prejudica a investigação propriamente histórica do livro, são alguns posicionamentos filosóficos do autor que são apenas postulados e não propriamente defendidos.

Dito isso, é necessário afirmar que Carlos Alvarez Maia é coerente com a sua proposta de unir a história intelectual à história social e política. O autor sempre busca apontar, mas nem sempre consegue provar, as conexões políticas dos pensadores estudados. Kuhn, por exemplo, seria muito influenciado por Karl Polanyi, filósofo com fortes ligações com a direita liberal norte-americana e europeia. Da mesma forma, seriam motivos políticos que levariam muitos marxistas a negarem as ideias de Antonio Gramsci sobre a ciência, ideias que, por seu relativismo histórico, poderiam colocar em cheque o materialismo dialético e as estratégias políticas baseadas nele. Maia também observa que o grande sistema de ciência organizada após a 2ª Guerra chamou atenção dos historiadores e sociólogos para o caráter institucional da ciência e contribuiu para a difusão de Merton e de sua sociologia da ciência que acabou por ofuscar a sociologia do conhecimento ao equacionar o social ao institucional.

Ainda seria possível abordar diversos pontos relevantes da obra, contudo, acreditamos que com base no que foi apresentado não resta dúvida sobre o valor do livro para a compreensão da teoria da ciência e da historiografia da ciência do século XX.